



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: legislativomunicipal@camaracm.com.br

www.camaracm.com.br

Assessoria do Vereador Sidnei Jardim
Bancada do PPS

Campo Mourão, 17 de agosto de 2006.

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

Protocolo Nº 439 / 2006

Campo Mourão, 17 / 07 / 06 Horas 09:00

Rodrigo

PROTOCOLISTA



Nos termos da legislação em vigor registramos a seguinte Súmula:

"TORNA OBRIGATÓRIO A RESERVA DE VAGAS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS A ALUNOS COM NECESSIDADE EDUCACIONAIS ESPECIAIS".

Atenciosamente.

SIDNEI JARDIM

Ao Excelentíssimo Senhor
EDSON SILVA DE LIMA
Presidente do Poder Legislativo
Nesta.

A DIVISÃO LEGISLATIVA CERTIFICA:

- QUANTO À EXISTÊNCIA DE REGISTRO DE SÚMULA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 011/93 -

SOBRE A MATÉRIA:

(X) não existe súmula registrada por outro Vereador sobre o assunto.

() existe o registro de súmula por outro Vereador, em anexo.

- QUANTO À EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU MATERIAL DISPONÍVEL SOBRE A MATÉRIA:

() Não

() Sim, Conforme anexo

- QUANTO À PREJUDICIALIDADE:

(X) não há qualquer óbice.

() a proposição é idêntica a outra (anexo) () Já aprovada (167, I, a RI)
() Rejeitada, nesta Sessão Legislativa (167, I, b)
() Já transformado em diploma legal (167, I, C)

() a proposição (artigo 167, inciso II) é idêntica a outra considerada inconstitucional pela CLR.

() Trata-se de Indicação e/ ou requerimento com a mesma ou oposta finalidade de outro já aprovado (artigo 167, inciso VI) conforme documento anexo.

- QUANTO AOS QUESITOS PARA RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA PROPOSIÇÃO.

(X) não há qualquer óbice.

() a proposição fere o artigo 151, § 2º, inciso I, do R. I., pois não está formalizada e em termos.

() a proposição tem conteúdo idêntico ou semelhante a proposição em tramitação - nº
(em anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "d", do R.I.

() a proposição tem conteúdo que foi objeto de Indicação ou Requerimento aprovados nos últimos 6 (seis) meses (cópia anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "e", do R.I.

() a proposição refere-se a objetivo/meta não incluído no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, vigentes – art. 128, § 2º, do R.I.

Campo Mourão, 12 de julho de 2006.


v/ **ELIAS DA SILVA**
Chefe da Divisão Legislativa



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: legislativomunicipal@camaracm.com.br - www.camaracm.com.br
DEPARTAMENTO DE CONTROLE LEGISLATIVO E ARQUIVO HISTÓRICO

**O DEPARTAMENTO DE CONTROLE LEGISLATIVO E
ARQUIVO HISTÓRICO CERTIFICA:**

**- QUANTO À EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU
MATERIAL DISPONÍVEL SOBRE A MATÉRIA:**

() Não

(X) Sim, Conforme anexo no projeto de Lei.

- QUANTO À PREJUDICIALIDADE:

(X) **ANALISAR A LEI 1090, DE 27 DE JANEIRO DE 1998, EM ANEXO.**

() Já aprovada (167, I, a RI)

() Rejeitada, nesta Sessão Legislativa (167, I, b)

() Já transformado em diploma legal (167, I, C), necessitando de análise Jurídica

() a proposição (artigo 167, inciso II) é idêntica a outra considerada inconstitucional pela CLR.

Campo Mourão, 27 de julho de 2006.

Dione Clei Valério da Silva

Chefe do Departamento de Controle Legislativo
e Arquivo Histórico

LEI Nº 1090

De 27 de janeiro de 1998

Institui no âmbito do Município, a Semana Municipal da Matrícula Escolar.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito do Município, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica instituída no âmbito do Município, a Semana Municipal da Matrícula Escolar.

Art. 2º Poderá, no que concerne os dispositivos constitucionais vigentes, o Poder Executivo Municipal firmar convênios nas esferas dos Governos Federal e Estadual, com os Estabelecimentos de Ensino Regular Privado, visando a cooperação para garantir o acesso de todos em idade escolar, via matrícula.

Art. 3º Ao término do ano letivo, caberá ao Poder Executivo junto à sua rede de escolas, realizar minucioso levantamento técnico da disponibilidade de vagas, estimando, com base nestes dados e na efetiva procura, o número de matrículas.

Art. 4º Será criada uma comissão especial para coordenar e auxiliar a realização da Semana Municipal da Matrícula Escolar, através de um planejamento previamente concebido e amplamente divulgado para a sociedade.

Art. 5º Os membros da comissão de que trata o artigo 4º desta Lei, serão designados pelo Chefe do Poder Executivo, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias da Semana Municipal de Matrícula Escolar, devendo dela fazerem parte representantes de todas as entidades, governamentais, não governamentais, conselhos e órgãos, relacionados com a Educação.

Art. 6º O Poder Executivo Municipal, em conjunto com a comissão especial, fica obrigado a desenvolver as seguintes atribuições:

I - garantir o acesso escolar principalmente no que se refere a educação infantil e fundamental;

II - respeitar o número máximo de alunos permitido legalmente;

III - desenvolver ampla campanha educativa de conscientização e de estímulo, para que todos os pais ou responsáveis façam o quanto antes a matrícula;

IV - dividir o número de vagas em microrregionais educacionais, com o propósito de ter maior controle da necessidade, demanda e fluxo de matrículas.

Art. 7º O Chefe do Executivo quando da regulamentação, mediante Decreto, definirá as datas e o mês em que se realizará a Semana Municipal da Matrícula Escolar.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "10 DE OUTUBRO"

Campo Mourão, 27 de janeiro de 1998

Márcio Fernando Nunes
Prefeito Municipal em Exercício

Rubens Sanches Hernandes
Procurador Geral

Magali Adriana Vriesman Beninca
Secretária da Educação



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (0xx44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J. 79.869.772/0001-1

e-mail:legislativomunicipal@start.com.br

www.camaracm.com.br

Assessoria Jurídica

PARECER PRELIMINAR: DATA DO RECEBIMENTO PARA PARECER:

() Indicação nº	_____ /2006	() Projeto de Lei nº	_____ /2006
() Indicação Legislativa nº	_____ /2006	() Projeto de Resolução	_____ /2006
() Requerimento	_____ /2006	() Emenda à L.O.M. nº	_____ /2006
<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>SUM b</i>	<i>439</i> /2006	() Moção nº	_____ /2006

AUTOR (ES):

OCORRÊNCIAS:

- ☒ Preenchidos os requisitos de constitucionalidade e legalidade.
- () Verificação de Prejudicialidade.
- () Vício de competência da matéria. Competência do (a).....
- () Vício de origem. Competência privativa do (a).....
- () Inconstitucional por ferir:.....
- () Inorgânico por ferir:.....
- () Illegal por ferir:.....
- () Possível corrigir ilegalidade/inconstitucionalidade através de emendas.....
- () Necessário corrigir nos seguintes pontos:.....
-
- () Necessário estudo aprofundado pela Assessoria Jurídica.
- () Parecer Jurídico em anexo.
- () Diligências necessárias ou sugeridas:.....
-
- () A indicação atende ao art. 128, § 2º do R.L., frente ao disposto no art. da LDO.
- () A indicação atende ao art. 128, § 2º do R.L., frente ao disposto no art. do PPA.

Parecer prolatado em *31 10 7* /2006.

- ☒ favorável à tramitação.
- ☒ favorável à tramitação com emendas. () Emendas em anexo.
- () Pela apresentação de substitutivo () Substitutivo em anexo.
- () Contrário à tramitação () Diligências.


GIOVANE JOSÉ MARTINS
Assessor Jurídico – OAB/PR 31.312